APÓS FURNAS

O ELO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA /// CORREIOS ///

Impresso Especial
9912200400/2008-R/RJ
APÓS-FURNAS
/ / / CORREIOS / / /

Associação dos Aposentados de FURNAS
Rua Real Grandeza, 219 - anexo - sl.202 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.281-035

www.aposfurnas.org.br

Nº 128 / Setembro - Outubro / 2008

IMPORTANTE VITÓRIA...

APÓS-FURNAS conquista liminar que suspende o aumento da contribuição do Plano BD

Página 8

DECISIVAS LUTAS

Presidente da ELETROBRÁS, José Antonio Muniz Lopes, garante analisar assistência à saúde dos Aposentados e Pensionistas

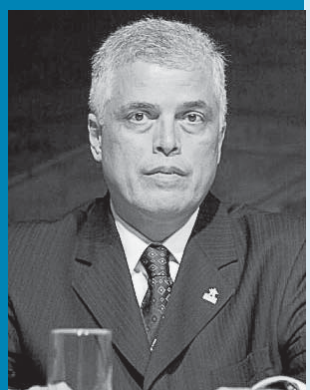
Página 5

Superávit dos Planos de Benefício tem resolução equivocada

Página 5

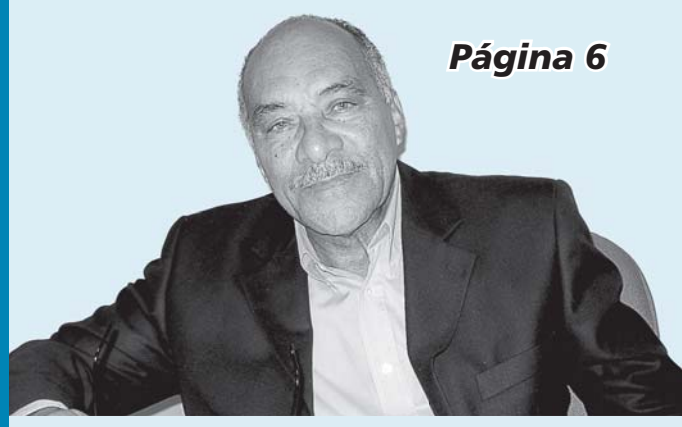
FURNAS passa a ser presidida por Funcionário de carreira

Editorial e Página 5



Nelson Bonifácio, membro do Conselho Fiscal da FRG, fala ao O ELO sobre os principais problemas da Fundação

Página 6



Crise Mundial e os investimentos da REAL GRANDEZA

Página 4

Associação comemora 24 anos de existência

Página 2

Regionais de Campos e Vitória foram sedes de palestras realizadas pela APÓS-FURNAS

Página 7

Tania Vera é recebida pelo Presidente de FURNAS

Página 3

APÓS-FURNAS COMEMORA 24 ANOS COM SOLENIDADE NO AUDITÓRIO DE FURNAS

Comemorado com muita alegria, mas também com preocupação para o que virá no futuro. Foi assim que a APÓS-FURNAS celebrou, no dia 17 de setembro, seus 24 anos de existência completados em 12 do mesmo mês. Numa cerimônia que lotou o auditório de FURNAS, os convidados foram recebidos pelo Coral da Associação e contemplados com coquetel e apresentação musical do cantor Rick Vallen, indicado ao Grammy Latino na categoria Revelação.

Durante a solenidade, o Conselheiro Nato da APÓS-FURNAS, Geovah Machado, foi homenageado e recebeu das mãos do membro do Conselho Deliberativo, José Elton Tavares, uma placa de reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Associação. Emocionado, Geovah assegurou que continuará lutando para que os direitos dos Participantes e Assistidos da REAL GRANDEZA sejam preservados: "Buscarei sempre superar as dificuldades e honrar a confiança que a mim foi depositada pela APÓS-FURNAS."

Na presença de colegas associados (ativos e aposentados), dirigentes de FURNAS, ELETRONUCLEAR, FRG, CAEFE e ASEF, a Presidente da APÓS-FURNAS, Tania Vera, fez um veemente discurso sobre as lutas e as vitórias que a entidade vivencia desde a sua criação. Lutas que, segundo ela, não devem ser esquecidas mesmo em dia de festa. Para tanto, afirmou que a defesa dos direitos dos aposentados, pensionistas e ativos continua sendo o foco principal da Associação. "Nesta data festiva temos que comemorar o que já foi alcançado pela APÓS-FURNAS ao longo de sua existência, contudo, precisamos evoluir. As novas gerações devem juntar-se a nós, sucessivamente, em prol da coletividade. Talvez, com modos de pensar, sentir e agir diferentes dos nossos.", disse.

Compromisso reassumido

Tania destacou a importância da união de todos nas intensas batalhas que ainda virão, tendo manifestado sua preocupação com a Assistência à Saúde dos aposentados e pensionistas e em particular, com os iminentes aumentos na contribuição ao PLAMES, bem como na contribuição ao Plano BD. A Presidente concluiu o discurso dizendo:

"O que temos que garantir são os valores, os propósitos e a perenidade de nossa Associação que deve estar, continuamente, plantando e cuidando para colher, no futuro, o fruto daquilo que, no passado, já foi plantado pelos dirigentes que nos antecederam, bem como, o que nós estamos plantando no presente, com o nosso trabalho e dedicação.

Caros colegas, estamos felizes por comemorarmos mais um aniversário da APÓS-FURNAS, são 24 anos de uma existência vitoriosa. A APÓS-FURNAS somos nós, mais de 3.600 aposentados e pensionistas e ativos de FURNAS, da ELETRONUCLEAR e da própria FRG, unidos na defesa de nossos direitos. Vamos comemorar os 24 anos de nossa união em defesa dos nossos direitos. Vamos à luta!!!"

(1) Tania Vera, Presidente da APÓS-FURNAS, destacou as lutas e vitórias da Associação

(2) O Conselheiro Geovah foi homenageado com uma placa de reconhecimento

(3) Os convidados foram recepcionados pelo Coral da Associação

(4) Cerimônia lotou auditório de FURNAS

FIQUE ATENTO!

Estacionamento administrado pela APÓS-FURNAS terá nova regra no Escritório Central

Em reunião realizada no dia 13 de outubro, o Conselho Deliberativo aprovou a revisão de norma para uso do estacionamento localizado na Rua Real Grandeza 207- anexo, por aposentados e pensionistas. A partir de 1º de novembro de 2008, o tempo de permanência diária do veículo no local será de duas horas, com tolerância de 15 minutos. A penalidade para quem ultrapassar o tempo permitido será uma advertência por escrito com impedimento de uso do estacionamento pelo prazo de (01) um mês e em caso de reincidência, a suspensão será de (06) seis meses.

NOTA DE FALECIMENTO

MURILLO GOMES

É com pesar que comunicamos o falecimento, no dia 13 de outubro, do associado Murillo Gomes, que por quase toda a vida integrou o quadro de FURNAS e ao lado da APÓS-FURNAS lutou pelas causas que considerou injustas aos aposentados e pensionistas.

EDITORIAL

PELA PORTA DA FRENTE

O ex-presidente de FURNAS, Luiz Paulo Conde, teve por um ano uma administração marcada por tentativas de fazer da FRG um Departamento de FURNAS. Nos últimos meses de sua gestão, Conde travou intensa luta para colocar na Presidência e Diretoria de Investimentos da FRG pessoas diretamente ligadas a ele. Mas não obteve êxito. O insucesso ocorreu principalmente porque as suas tentativas esbarraram sempre na postura firme e intransigente da APÓS-FURNAS, acompanhada também pelas instituições representativas dos empregados, em não permitir que os interesses diretos ou indiretos dos aposentados, pensionistas, ativos, da FRG e da própria empresa sejam superados por quem quer que seja. Por fim, derrotado e alegando problemas de saúde, Conde pediu afastamento do cargo. No entanto, Luiz Paulo Conde permanece como membro do Conselho de Administração de FURNAS.

Um novo Presidente de FURNAS foi eleito e empossado em 3 de outubro, Carlos Nadalutti Filho, empregado de carreira que ingressou em FURNAS em 1979. Desejamos que o Presidente Nadalutti possa reconduzir a empresa ao lugar de destaque no cenário do setor elétrico brasileiro, promovendo seu fortalecimento e recuperando seu equilíbrio econômico-financeiro.

Esperamos que a gestão de Carlos Nadalutti, que entrou na empresa pela porta da frente, seja marcada pelo cumprimento dos compromissos de FURNAS como Patrocinadora Instituidora da REAL GRANDEZA, de modo a preservá-la como instituição, para garantir a concessão e manutenção de aposentadorias e pensões a mais de 12.000 Participantes e Assistidos.

Primeiro round

Mantendo a sua principal marca que é a de lutar pelos direitos e interesses dos que representa, a APÓS-FURNAS obteve no último dia 21 de outubro, na 28ª Vara Federal, liminar que impede que a FRG proceda o reajuste de mais de 40% na contribuição dos ativos e aposentados do Plano BD, a partir de janeiro de 2009.

Trata-se de impedir que se cumpra a determinação da SPC de aumentar a contribuição de todos para quitar o suposto déficit de quase R$ 350 milhões, registrado no Balanço como Provisões Matemáticas a Constituir. O Juiz acatou o pedido da APÓS-FURNAS entendendo que tal valor encontra-se *sub judice*, pertencendo a parcela da dívida de FURNAS para com a FRG que, em 2004, girava na casa de R$ 2,2 bilhões, conforme perícia contábil determinada pelo Juiz.

Com isso, a nossa Associação vence o 1º round dessa luta contra as determinações da SPC, que neste caso só está acontecendo em decorrência da intransigência de FURNAS em não reconhecer o que deve, cumprindo integralmente os compromissos que tem como Patrocinadora da REAL GRANDEZA, bem como pela concordância da Fundação em não cobrar o que lhe é devido.

Outras lutas estão sendo travadas na Justiça, uma vez que a questão de tentar dividir com os aposentados e ativos o custo administrativo do Plano BD, também por determinação da SPC, com previsão de aumento de contribuição para todos, de 26% a partir de janeiro de 2009, ainda paira sobre nossas cabeças.

Tania Vera Vicente
Diretora Presidente da APÓS-FURNAS

Novo Presidente de FURNAS recebe a APÓS-FURNAS

Em reunião realizada em 22 de outubro de 2008, o Presidente de FURNAS, Carlos Nadalutti Filho, recebeu a Diretora Presidente da APÓS-FURNAS, Tania Vera, para um primeiro contato entre as duas instituições. Participaram do encontro o Chefe de Gabinete da Presidência, Luiz Roberto Bezerra e pela Associação, o Vice-Presidente Alfredo Alves e os Conselheiros Geovah Machado e José Elton de Oliveira.

Carlos Nadalutti discorreu sobre sua carreira até alcançar a Presidência da empresa e apresentou à Associação como pretende dirigir a estatal de modo a torná-la competitiva, eficiente e em consonância com todo o Sistema ELETROBRÁS, tendo como desafio e meta o exemplo da gestão do Presidente John Cotrim.

A Presidente Tania Vera mostrou-se confiante na determinação apresentada pelo Presidente Nadalutti em resolver as questões estruturais de FURNAS, já registradas em correspondência da APÓS-FURNAS de 18 de abril de 2008 ao então Presidente do Conselho de Administração de FURNAS (DE.E 026/2008), Valter Cardeal. Tania destacou ainda ser do interesse dos aposentados que FURNAS cresça e retome a posição de destaque que detinha.

Na oportunidade, a APÓS-FURNAS enfatizou a situação crítica da assistência a saúde aos aposentados e pensionistas, com mais de 1.700 titulares sem o PLAMES e com aumentos sucessivos em suas contribuições, tornando sua manutenção cada vez mais inviável. Tania Vera entregou cópia da correspondência enviada em 18 de agosto de 2008 (DE.E 060/2008) ao Presidente da ELETROBRÁS, com a solicitação de todas as Associações de aposentados do Sistema ELETROBRÁS para que seja estendido aos aposentados o mesmo plano de assistência a saúde dos empregados.

O Presidente Nadalutti mostrou-se acessível para a realização de outros encontros de modo a permitir uma discussão mais profunda das questões de FURNAS como Patrocinadora da REAL GRANDEZA e sobre os diversos assuntos que afligem os aposentados e pensionistas dos Planos de Previdência da FRG.

APÓS-FURNAS
ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE FURNAS

ADMINISTRATIVA: Rua Real Grandeza, 219, anexo, sl. 202, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ- CEP 22281-035 - Tel.: (21) 2528 - 5024/ 2528 – 4477/ 2528 - 4999 – Fax.:(21) 2286 – 8267 - E-mail: aposfurnas@aposfurnas.org.br – http://www.aposfurnas.org.br
SOCIAL: Rua Diniz Cordeiro, 26 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ. CEP - 22.281-100 - Tel. (21) 2226 - 6451 e (21) 2579 - 3852

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: TANIA VERA DA SILVA A. VICENTE - Vice-Diretor Presidente: ALFREDO DE AZEVEDO ALVES
Diretor Social: IVONE MARÇAL - Vice-Diretor Social: ISAURA FERREIRA BRANDÃO
Diretor Administrativo: IVAN CUNHA MOURÃO - Vice-Diretor Administrativo: OTÁVIO MADEIRA
Diretor Financeiro: SÉRGIO PIRES - Vice-Diretor Financeiro: OLDEGAR SAPUCAIA

O ELO ÓRGÃO INFORMATIVO DA APÓS-FURNAS
Edição, Reportagens, Entrevistas, Fotos, Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico: EPM Comunicação LTDA
Fotolito e Impressão: Ediouro
Tiragem: 4 mil exemplares
Realização: EPM Comunicação LTDA - Rua Visconde de Itaboraí 70 – Centro – Niterói – Tel.: (21) 2622 - 9636 – E-mail: dpmcomunica@uol.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião do jornal.

ELO Entrevista

CLÁUDIO LEAL

CLÁUDIO LEAL FALA SOBRE OS ATUAIS INVESTIMENTOS DA REAL GRANDEZA

Economista e Engenheiro Civil, Cláudio Leal, além de fazer parte do Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA, integra também o Conselho Deliberativo da Fundação. No passado, participou do Conselho Fiscal do PLAMES e do Conselho Deliberativo da APÓS-FURNAS. Hoje, ele nos fala sobre como andam os investimentos da FRG diante da crise financeira mundial, entre outras questões.

Jornal O ELO - O Comitê de Investimentos é composto por quantos membros?

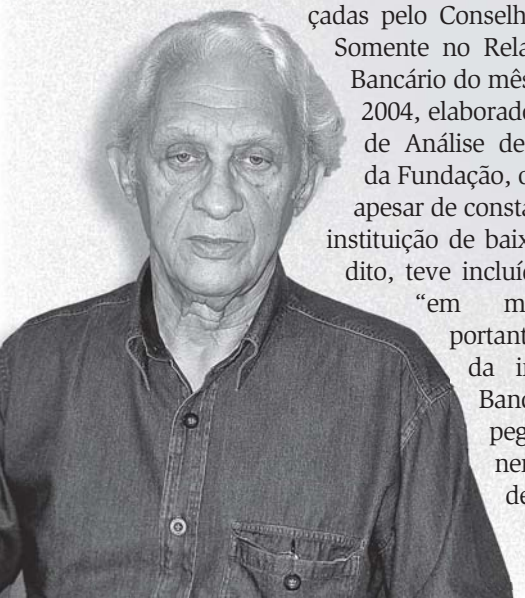
Cláudio Leal - Ele tem sete membros, sendo quatro diretores: o Diretor-Presidente da Fundação, o Diretor de Investimentos, o Diretor de Seguridade e o Diretor-Ouvidor e mais três participantes indicados, sendo um pela APÓS-FURNAS, representando os aposentados, outro pela ASEF, representando os ativos e um representante do próprio Conselho Deliberativo.

Qual a finalidade do Comitê e como ele funciona?

O Comitê foi criado em 1992 pelo Conselho Deliberativo, antigo Conselho de Curadores, com a finalidade básica de avaliar, aprovar e monitorar as aplicações dos recursos da Fundação. Ele se baseia e atua numa Política de Investimentos, que é um documento elaborado de acordo com a legislação vigente e aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo.

O que o senhor pode nos falar a respeito das perdas com o Banco Santos?

Ao longo dos vários anos os investimentos realizados no Banco Santos eram classificados como de baixo risco de crédito. Estavam estritamente de acordo com a resolução do CMN 3121 e com as Políticas de Investimentos da Fundação, aprovadas pelo Conselho Deliberativo (antigo Curadores). O último investimento da Fundação no Banco Santos foi efetivado em agosto de 2004. Em setembro de 2004, o Relatório da Manifestação do Conselho Fiscal afirma expressamente que a gestão dos recursos da Fundação estava em consonância com a legislação aplicável e com a Política de Investimentos traçadas pelo Conselho Deliberativo. Somente no Relatório de Risco Bancário do mês de outubro de 2004, elaborado pela Gerência de Análise de Investimentos da Fundação, o Banco Santos, apesar de constar, ainda, como instituição de baixo risco de crédito, teve incluída a expressão "em monitoramento", portanto, dias antes da intervenção do Banco Central que pegou os componentes do Comitê de Investimentos da Fundação de surpresa. A expectativa é de recuperação entre 10 e 20% do valor investido, entretanto, acredito que este porcentual poderá ser bem superior se as investigações que tramitam, até no exterior, forem bem sucedidas.



As Políticas de Investimentos dos anos seguintes tornaram as regras mais restritivas. Esse critério mais rigoroso que visava aumentar a segurança das aplicações transformou aplicações em bancos de porte médio, realizadas até o ano de 2004, classificadas como de baixo risco de crédito de acordo com a legislação e Políticas de Investimentos vigentes na época, em médio/alto risco de crédito e com restrições operacionais. Ainda, face a envolvimentos políticos de alguns desses bancos (ex. Rural e BMG), a Fundação tentou vender esses papéis, mas evidentemente, por falta de liquidez isso não aconteceu. Felizmente, todos os valores aplicados e os investimentos respectivos foram resgatados nas datas de vencimentos.

A atual crise americana que se espalhou pelo mundo, despencando a bolsa em todos os continentes, pode afetar a Fundação? Como?

Não há como fugir, porque a Fundação investe em ações e elas estão caindo. Só que as ações que a REAL GRANDEZA possui são ações de primeira linha. São investimentos em empresas como Bradesco, Itaubanco, Vale, Petrobrás, Gerdau, Votorantin e etc. A Fundação este ano certamente não atingirá a meta atuarial, entretanto, ela tem um superávit acumulado que garante a sua solidez. Além disso, foram tomadas providências no sentido de evitar aplicações de alto risco, o que garante à Fundação certa tranqüilidade.

Quais são e como andam os principais e atuais investimentos da FRG?

No meu entender estão tranqüilos, o risco que se corre é o que corre todo mundo que investe. Há um risco sistêmico, ou seja, não é um caso pontual. Hoje, basicamente todos os investimentos da Fundação são mais seguros, porque em torno de 70% está em títulos públicos federais, garantidos pelo Tesouro. O restante, uma parte está em renda variável, que são as ações, uma parte em imóveis e outra parte em empréstimos a participantes. Depois do problema com o Banco Santos, houve uma restrição muito séria a qualquer operação que ponha em risco as reservas da Fundação.

Deixe uma mensagem aos leitores do nosso jornal.

A mensagem que eu posso deixar é de certa forma, de tranqüilidade em relação aos ativos da Fundação. A PPS (empresa especializada na avaliação de gestão de investimentos) recentemente fez uma exposição sobre a situação dos ativos da REAL GRANDEZA e mostrou a qualidade do investimento. Nós estamos entre os primeiros Fundos de Pensão em rentabilidade, isso quer dizer que a gestão da FRG está sendo muito bem conduzida.

FUNDAÇÃO INFORMA QUE MESMO COM A CRISE MUNDIAL OS INVESTIMENTOS FORAM SATISFATÓRIOS

Apesar dos reflexos da crise mundial que atingiu os investidores nos últimos meses, a rentabilidade dos investimentos da REAL GRANDEZA teve boa avaliação. A empresa de consultoria PPS Portfolio Performance, realizou em 15 de outubro de 2008, apresentação de relatório para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da FRG e que contou com a presença pela APÓS-FURNAS da Diretora Presidente Tania Vera, do Diretor Administrativo Ivan Mourão e do representante no Comitê de Investimentos, Cláudio Leal, bem como representantes da ASEF e de sindicatos. Para o período de análise de outubro de 2007 a setembro de 2008, o desempenho das carteiras de renda fixa e de renda variável administradas pela FRG, superou os respectivos parâmetros de comparação estabelecidos.

Mesmo assim a Fundação não ficou imune ao que vem acontecendo no mercado financeiro. As metas atuariais de INPC + 6% ao ano, estabelecida para o Plano BD e IGP-M + 6% ao ano, estabelecida para o Plano CD, não devem ser alcançadas ao final de 2008, a exemplo do que deverá ocorrer em todos os fundos de pensão.

Conforme divulgado pela REAL GRANDEZA, se compararmos o resultado de dezembro de 2007, incluído o Fundo Previdencial, com o de setembro de 2008, passamos de R$1,414 bilhão para R$1,125 bilhão. Esta queda no resultado, de quase R$ 300 milhões, deve-se principalmente ao fato da desvalorização das ações.

É importante destacar que a maior parte dos investimentos da REAL GRANDEZA encontra-se aplicada em títulos públicos de longo prazo e não em ações, conforme Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

A APÓS-FURNAS está atenta para as conseqüências da crise na REAL GRANDEZA, mas vale salientar que a Fundação faz investimentos de longo prazo e tem um fluxo de caixa compatível com seus compromissos, não necessitando vender no momento de crise suas ações para cumprir com o pagamento das complementações de aposentadorias e pensões.

Resolução equivocada

Resultado superavitário não pode ser revertido aos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras

Em meio a uma crise financeira mundial, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), editou a Resolução n° 26, com o argumento de que tornaria mais seguro o patrimônio e a gestão dos 369 fundos de pensão de cerca de 6,8 milhões de trabalhadores. No entanto, de forma equivocada e inovadora, a Resolução que está em vigor desde 29 de setembro, prevê que os resultados superavitários dos Planos de Benefícios possam ser revertidos aos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras.

Contrária a resolução, a APÓS-FURNAS questionou o CGPC e já enviou carta ao Ministro da Previdência Social com cópia para diversas autoridades, solicitando que a Resolução nº 26 seja revista de modo a corrigir a equivocada determinação e evitar indesejadas demandas judiciais. Segundo a Presidente Tania Vera, a nova medida extrapola o que estabelece a Lei Complementar 109/2001 quanto ao excedente dos planos de benefícios. "A lei determina claramente o tratamento a ser dado ao resultado superavitário dos planos, sem qualquer menção a reversão de valores aos Participantes, Assistidos e ao Patrocinador".

De acordo com o artigo 20 da referida lei, o superávit dos planos de benefícios deve inicialmente ser contabilizado como Reserva de Contingência de até 25% do valor das Reservas Matemáticas e havendo excedente, estes devem ser contabilizados como Reserva Especial para revisão do plano. Neste caso, a Lei Complementar prevê apenas que, se houver redução de contribuições, esta deverá obedecer a proporção existente entre as contribuições dos Participantes, Assistidos e das Patrocinadoras.

"Reverter superávit significa romper o princípio fundamental da lei que rege a Previdência Complementar, que é pautada na proteção dos interesses dos Participantes e Assistidos dos planos de benefícios", finalizou a Presidente da APÓS-FURNAS.

Presidente da ELETROBRÁS garante analisar Assistência à Saúde de aposentados e pensionistas

Em resposta à carta enviada pela Presidente da APÓS-FURNAS, Tania Vicente, em agosto deste ano, onde solicita providências urgentes para a Assistência à Saúde dos aposentados e pensionistas do Sistema ELETROBRÁS, o Presidente da Companhia, José Antonio Muniz Lopes, destacou seu Chefe de Gabinete, Mauro Massa, para coordenar um grupo formado por representantes de todas as Diretorias, com o objetivo de analisar a situação e propor alternativas de solução.

Tania Vera defende a extensão dos Planos de Saúde que é oferecido aos empregados, também aos aposentados e pensionistas. Atualmente, no Sistema ELETROBRÁS, apenas a Itaipu Binacional, onde a ELETROBRÁS detém 50% do capital, oferece tal política de extensão.

BITRIBUTAÇÃO

STJ proíbe a cobrança de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria

A polêmica que envolve a cobrança do imposto de renda sobre o valor da complementação da aposentadoria, paga à REAL GRANDEZA durante o período de 01 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, parece ter chegado ao fim. Em recente decisão proferida no dia 08 de outubro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou entendimento jurisprudencial e baseado na Lei dos Recursos Repetitivos (11.672/2008), julgou indevida a supracitada cobrança, conhecida como bitributação, ou seja, "pagamento do mesmo imposto duas vezes".

Com a medida, associados que já haviam ingressado na justiça contra tal ilegalidade e cujas ações estão em curso de 1ª instância no Tribunal Regional Federal (TRF) ou mesmo no STJ, podem ter seus processos solucionados com mais rapidez.

Sendo assim, é importante ficar atento à seguinte condição: apenas serão beneficiados os aposentados que obtiverem ganho de causa em ação judicial. Portanto, os associados que ainda não entraram com a ação e têm o direito, devem procurar um advogado de confiança.

Podem ingressar com a ação aposentados que estavam contribuindo para a FRG enquanto ativos durante o período de 01 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

Para maiores informações, está disponível no site da APÓS-FURNAS a Circular 021/2008, com o título Ação de Bitributação do Imposto de Renda, que foi encaminhada a todos os associados. O endereço eletrônico é www.aposfurnas.org.br

www.aposfurnas.org.br

FURNAS passa a ser presidida por funcionário de carreira

Na qualidade de acionista minoritária de FURNAS, a APÓS-FURNAS participou da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 03 de outubro, que indicou o novo membro para o Conselho de Administração de FURNAS, que por sua vez, em reunião subseqüente, escolheu entre os seus membros o Presidente de FURNAS. A Associação declarou voto favorável ao nome proposto, o do Engenheiro Carlos Nadalutti Filho.

O atual Presidente iniciou sua carreira como estagiário na empresa e em 2003 assumiu o comando da Superintendência de Produção Oeste de FURNAS. Ele traz a seu favor um histórico de quase 30 anos no quadro de pessoal da estatal, acumulando assim, grande experiência e conhecimento quanto aos desafios a serem enfrentados, o que certamente, lhe permitirá desenvolver uma gestão eficiente, pautada por ações, não só condizentes com as normas e procedimentos de FURNAS, mas principalmente, que respeitem os compromissos assumidos para com a FRG, visando respaldar e garantir a manutenção das aposentadorias e pensões dos seus mais de 12 mil Participantes e Assistidos.

Novo presidente tomou posse em clima de emoção

Emocionado, Nadalutti convocou os empregados a participarem de sua gestão. "Conto especialmente com o pessoal de FURNAS, meus colegas e amigos de 29 anos de trabalho a quem agora convoco para juntos, construirmos o brilhante futuro de nossa Empresa". Ele ressaltou ainda os desafios que terá pela frente: "FURNAS vem enfrentando o desafio de adaptação ao atual cenário institucional do setor elétrico, o que exige uma gestão focada na sua modernização para dotá-la da necessária agilidade e modicidade de preços e tarifas, balizada por compromissos éticos e de sustentabilidade".

ELO Entrevista

NELSON BONIFÁCIO

NELSON BONIFÁCIO ANALISA OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA FUNDAÇÃO

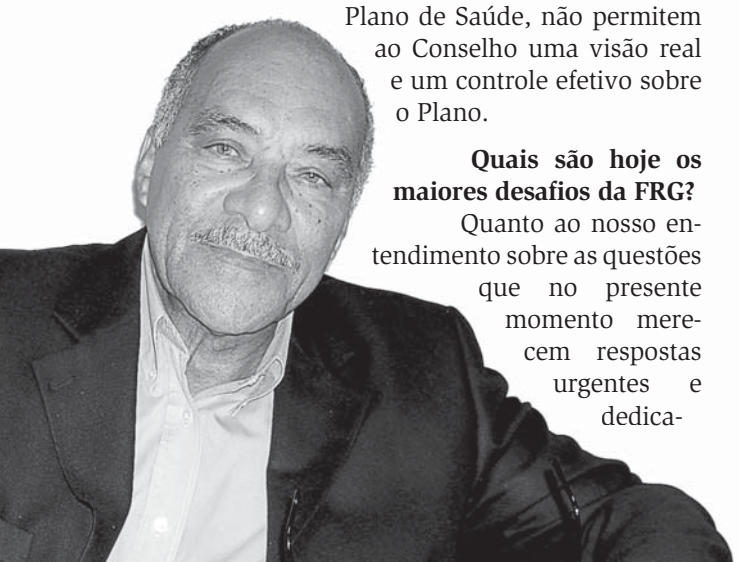
Aposentado desde 1990, Nelson Bonifácio Pereira é formado em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Eleito com o apoio da APÓS-FURNAS, onde por várias vezes foi, e ainda é membro do Conselho Deliberativo, atualmente ocupa na REAL GRANDEZA a cadeira de membro do Conselho Fiscal. Entretanto, sua história na Fundação vem de longa data. Nelson iniciou suas atividades na FRG no ano de 1972, exercendo as funções de Assistente de Contabilidade, Chefe de Setor, Chefe de Divisão e Chefe de Assessoria, tendo sido também participante do Comitê de Investimentos. Em entrevista ao Jornal O ELO, ele relata a finalidade do Conselho Fiscal e dá sua visão sobre o atual quadro porque passa a Fundação.

Jornal O ELO - Qual a responsabilidade e importância do Conselho Fiscal da FRG?

Nelson Bonifácio - O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador que, independente da Diretoria e do Conselho Deliberativo, busca através dos princípios de transparência, eqüidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da entidade. A sua atuação se dá pelo entendimento dos negócios, por opiniões, por recomendações, pela elaboração de pareceres, pela fiscalização das contas e atos da administração, assim como pelo recebimento de denúncias. Tem como um dos seus principais instrumentos o Relatório de Controles Internos e a Manifestação do Conselho Fiscal, que é emitido semestralmente e tem como enfoque o Artigo 19 da Resolução CGPC 13/04, que o vincula diretamente à Secretaria de Previdência Complementar.

O Conselho vem atingindo seus objetivos?

No âmbito de sua atuação que vêm ocorrendo a contento, merece destaque a implantação que está em processamento para uma melhor visão gerencial nos dados constantes no Relatório de Controles Internos que se referem ao PLAMES, tendo em vista que uma distorção administrativa entre a Patrocinadora FURNAS e a Diretoria de Seguridade Social no gerenciamento deste Plano de Saúde, não permitem ao Conselho uma visão real e um controle efetivo sobre o Plano.



Quais são hoje os maiores desafios da FRG?

Quanto ao nosso entendimento sobre as questões que no presente momento merecem respostas urgentes e dedicação de todos para o seu melhor desfecho destaco: Plano de Saúde que atenda com igualdade para participantes ativos e assistidos; Benefício de Pensão condigno para todas as pensionistas; Novo Plano de Custeio que corrija os erros do passado e a busca de solução para as determinações constantes do Relatório de Fiscalização N.006/2007/ESRJ de 22 de agosto de 2007 da Secretaria de Previdência Complementar, tendo em vista que alguns questionamentos não condizem com os compromissos assumidos por FURNAS quando da criação da FRG. Ainda tem o problema dos tetados, outro absurdo para o qual terá que se encontrar solução para estas pessoas poderem se aposentar condignamente.

O que gerou todos os problemas que hoje a FRG enfrenta?

Os grandes problemas enfrentados hoje pela Fundação decorrem do fato de terem sido desvirtuados os princípios básicos que deram origem a sua criação. O texto da Circular Geral 167/71 é claro ao declarar que Furnas Centrais Elétricas se compromete a assegurar aos que se filiassem a Real Grandeza, uma suplementação tal que lhes garantissem após a aposentadoria o mesmo nível de remuneração que tinham no serviço ativo. Para que não restassem dúvidas sobre os propósitos da referida Circular, o seu signatário, o inesquecível Presidente de Furnas, John Reginald Cotrim, declarou em juízo, interpretando autenticamente toda a documentação constituidora do Plano de Complementação de Aposentadoria da Fundação Real Grandeza".

..."Respondendo a sua indagação sobre os motivos que nortearam a Circular Geral N. 167/71, por mim assinada na qualidade de Diretor Presidente de Furnas Centrais Elétricas S/A declaro, a bem da verdade, que referida circular teve a finalidade precípua de, por um lado, comunicar aos empregados a instituição da Real Grandeza e, de outro lado divulgar o real objetivo do plano de suplementação de aposentadoria, qual fosse, o de que os funcionários que viessem a se aposentar não teriam redução em seus ganhos, levando em consideração que continuariam a perceber como se na ativa estivessem."...

Existem outras questões que também devem ser consideradas:- INSS hipotético, sendo o INSS hipotético em muitos casos superior ao teto máximo da Previdência Social, funcionando como um redutor do benefício; não aplicação da URV e do Buraco Negro; utilização, no período de 1988/1990, para cálculo dos benefícios a serem concedidos de índices de correção monetária diferentes dos previstos no Regulamento da FRG (isso prejudicou em muito as pessoas que se aposentaram naquele período); pensão de 45%. ***Por tudo isso, situação inversa da desejada pelo Dr. Cotrim: como se na ativa estivéssemos apenas contribuímos***.

Por que motivo a Fundação não calcula e paga a URV referente a março de 1994 a fevereiro de 1997?

No momento há toda uma discussão no âmbito do Conselho Deliberativo para tentar resolver esse problema. A URV não é de tão simples solução, porque quando os índices não foram aplicados corretamente na época, algumas pessoas foram beneficiadas, recebendo mais do que deveriam e outras ficaram prejudicadas, que são exatamente as que têm que receber a URV. A Fundação se apóia em pareceres jurídicos que dizem que ela não é obrigada a fazer a correção, entretanto, também existem pareceres que mostram que a URV tem que ser corrigida; tanto isto é correto que o INSS assim procedeu. Isto é um problema político que vai se solucionar no âmbito do Conselho Deliberativo e nós esperamos que seja rápido e a contento.

Fale-nos sobre o suposto déficit da FRG.

A meu juízo, considero um absurdo falar-se em déficit quando existe uma enorme dívida de FURNAS para com a FRG, sendo discutida no âmbito judicial. Em verdade o que realmente existe, hoje, é um Plano de Custeio com contribuições em excesso e, apesar da crise atual, um plano ainda superavitário.

Esse déficit é decorrente de compromissos que FURNAS não cumpriu no passado. Quando ocorreram as demissões na época do Collor (FURNAS demitiu 1800 funcionários), e quando a empresa incentivou a antecipação das aposentadorias, inclusive desencadeadas pela proposta de privatização que pretendia enxugar a empresa, a Fundação se viu com uma deficiência em suas contas. Naquela época, muitas pessoas ativas de FURNAS contribuíam para a REAL GRANDEZA e de repente deixaram de pagar e passaram a receber. Elas saíram de FURNAS com substancial aumento na concessão do SB40 (atual DIRBEN 8030), sem a contrapartida total de FURNAS do tempo passado de contribuição dos seus funcionários. Em conseqüência disso, em 1995, eles fizeram um Plano de Custeio que aumentou em mais de 300% a contribuição dos Assistidos e apenas um pequeno percentual na última faixa para os ativos e FURNAS (em total desrespeito à paridade contributiva). Na defesa dos interesses de seus associados a Após-Furnas impetrou ações judiciais, tanto no âmbito trabalhista como no âmbito federal, sendo a principal delas a que corre na 28. Vara Federal. Se a APÓS-FURNAS ganhar essa ação e o dinheiro retornar à Fundação, a conclusão será que o "suposto" déficit não existe, pelo contrário, haverá muito mais recursos.

Deixe uma mensagem aos nossos leitores.

Gostaria de agradecer a direção da APÓS-FURNAS pela oportunidade de poder trazer aos companheiros o nosso pensamento sobre os problemas que são de todos nós. E conclamar a todos ao esforço maior pela UNIÃO e pela PARTICIPAÇÃO, sendo importante lembrar àqueles que ainda se encontram na ativa que esta luta também é deles, estamos todos juntos no mesmo barco e não tenho dúvidas de que unidos encontraremos solução para todos os problemas, sem nunca nos esquecermos que a FRG é a solução e não o problema.

O fim do ano se aproxima.... ... e com ele a festa de confraternização da APÓS-FURNAS!!

Vem aí a nossa tradicional comemoração de Fim de Ano. É hora de refletirmos sobre o que passou e planejarmos o que vem pela frente. Mas também é hora de confraternizar com todos aqueles que ao longo de meses, dividimos nosso dia-a-dia e compartilhamos tristezas e alegrias.

A esperança de um futuro melhor está entre a cumplicidade do presente com a experiência do passado.

Atenção: Festas nas Regionais

Procure o representante de sua área e saiba mais informações sobre como participar da confraternização de fim de ano.

Sua adesão é importante. Confirme presença, participe!!!

PALESTRAS NAS REGIONAIS ELIMINAM AS DÚVIDAS DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ATIVOS DE FURNAS

Importantes palestras para aposentados, pensionistas e empregados de FURNAS marcaram a passagem da APÓS-FURNAS nas regionais de Campos dos Goitacazes (Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro) e Vitória (ES). Realizadas entre 9 e 11 de setembro, os encontros foram marcados por exposições da Diretora Presidente Tania Vera e do Conselheiro da Associação, José Elton.

Nos dias 9 e 10, Campos recebeu os representantes da APÓS-FURNAS no Auditório da Usina de FURNAS e no Hotel Antares. No dia 11 de setembro foi a vez de ativos e aposentados de Vitória receberem, na Subestação de Vitória, a visita da Presidente Tania Vera e do Conselheiro José Elton, que além de outras questões, informaram sobre a atuação da APÓS-FURNAS na defesa da REAL GRANDEZA.

Dentre os diversos assuntos que constaram das palestras, estão: implicações das determinações do Relatório de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar; a tentativa de FURNAS de mudar a Diretoria da FRG; as providências da entidade para a melhoria de benefícios de aposentadoria; investimento e perda no Banco Santos; as ações judiciais da APÓS-FURNAS e o PLAMES.

Afeto e Afetividade foram temas da II Jornada da Maturidade

A APÓS-FURNAS participou, juntamente com outras entidades, da II Jornada da Maturidade, realizada entre o dia 22 e o dia 26 de setembro, no auditório de FURNAS. O evento, cujos temas foram Afeto e Afetividade, destacou a importância do cultivo e da expressão de sentimentos como amizade, amor, admiração e aceitação como ingredientes essenciais da boa qualidade de vida.

No primeiro dia das atividades houve café de boas vindas e apresentação do coral de FURNAS. Sob a coordenação da representante do Presidente de FURNAS, Lila Maria M. Leuzinger, deu-se início à mesa de abertura, composta por José N. Bruno Filho, Assistente de Superintendência de Recursos Humanos (RH.G), por Ignez Zita do Amaral, Chefe do Departamento de Saúde (DSA.G), pela Presidente da APÓS-FURNAS, Tania Vera Vicente, pela Diretora da REAL GRANDEZA, Alzira Silva de Souza e pelo Diretor da CAEFE, Atilla de Castro Filho. Em seguida, formou-se um painel com a geriatra Luciana Branco.

A Sessão Gênero de Cinema (filme Num Lago Dourado, um clássico das grandes telas que retrata com maestria e profunda sensibilidade os conflitos de um senhor de 80 anos), as palestras com a Doutora em Psicologia Clínica, Teresa Creusa, com o Doutor em Gerontologia, Serafim Paz, com Jussélio Rodrigues Ribeiro, da Assessoria de Projetos para a Melhoria do Trabalho (APA.G) e a apresentação do Teatro Real em Cena (peça Geração Trianon), foram pontos de destaque do evento.

Ações judiciais da APÓS-FURNAS

Plano BD

Associação consegue liminar que suspende o aumento da contribuição

Foi deferida, em 21 de outubro, o pedido de liminar (28ª Vara Federal) da APÓS-FURNAS para impedir que a Fundação Real Grandeza eleve, a partir de janeiro de 2009, a contribuição ao Plano de Benefício Definido (BD). Com isso, a FRG fica impedida de reajustar as contribuições dos ativos e aposentados, que segundo previsões estaria na ordem de mais de 40%.

Nesta mesma Vara Federal, a Associação cobra ainda que FURNAS reconheça e quite a dívida que tem com a REAL GRANDEZA, cujo valor, em novembro de 2004, girava na casa dos R$ 2,2 bilhões. Sendo esta dívida a responsável pela necessidade da implementação do aumento das contribuições.

"Não seria justo que os nossos associados assumissem compromisso adicional por conta de uma responsabilidade que é de FURNAS, declarou Tania Vera, Presidente da Associação.

APÓS-FURNAS recorre a justiça para impedir paridade no custeio administrativo

Ao tomar conhecimento da Análise Técnica elaborada pela Secretaria de Previdência Complementar (SCP), determinando a implementação da paridade no custeio administrativo do Plano BD a partir de dezembro, a Diretoria da APÓS-FURNAS decidiu recorrer a justiça contra a arbitrária determinação. A Associação ingressou com um Mandado de Segurança coletivo contra o Chefe do Escritório da SPC no Rio de Janeiro, por entender que a Secretaria está desconsiderando o Estatuto original da FRG e o regulamento do Plano BD, que registram ser o custo administrativo responsabilidade das Patrocinadoras. O processo judicial de nº. 2008.51.01.018523-6, de 29 de setembro de 2008, está disponível à consulta na 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Em 06 de outubro, o Juiz indeferiu a liminar por entender que não havia o *periculum in mora* (perigo da demora), uma vez que o prazo dado pela SPC para cumprir a determinação se esgota apenas em 25 de dezembro de 2008, mas entendeu em seu pronunciamento, estar presente o *fumus boni iuris* (a fumaça do bom direito).

A APÓS-FURNAS está analisando junto aos advogados que representam a entidade, a viabilidade de entrar com recurso contra esta primeira decisão judicial.

Balanço de FURNAS

Ação continua na justiça

A ação da APÓS-FURNAS contra o Balanço de FURNAS de 2007, impetrada quando foi constatado procedimento incorreto nas demonstrações contáveis da estatal, vem tramitando na justiça. O mérito está sendo discutido, tendo sido solicitado o pronunciamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Planos Econômicos

Ação conhecida como "Anacont" foi julgada extinta

A Ação Coletiva Trabalhista (Nº 886-2003-006-01-00-5) contra FURNAS, exigindo que esta pague a multa de 40% sobre expurgos dos Planos Econômicos Collor I e Verão, no FGTS, foi julgada extinta sem julgamento do mérito pela 5ª Turma do TRT, segundo publicado no Diário Oficial da União do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 2008. Foi impetrado Recurso de Revista ao TST em 20 de outubro de 2008, uma vez que a justificativa alegada é de que não cabe a APÓS-FURNAS impetrar a ação civil pública.

ELO qüente

O aumento de 26% nas contribuições do Plano BD, que ocorrerá em função da determinação da Secretaria de Previdência Complementar em seu Relatório de Fiscalização de 2007, para cobrança paritária do custo administrativo, vem causando enorme alarde entre Participantes e Assistidos. Ao O ELO, aposentados e ativos foram unânimes. Confira.

Não faz o menor sentido a SPC querer mudar regras antigas, prejudicando os Participantes e Assistidos da REAL GRANDEZA. Trata-se de uma atitude arbitrária e injusta que colide frontalmente com um direito já adquirido e que não pode ser prejudicado por uma lei posterior, pois fere o princípio básico do direito. Cabe às Patrocinadoras o ônus do custeio administrativo do Plano BD e do PLAMES.

Luciano Miniero - Empregado da ELETRONUCLEAR

É estarrecedor uma Secretaria denominada de Previdência Complementar determinar que os Assistidos e Participantes da REAL GRANDEZA, ou seja, aposentados e pensionistas, sejam onerados nos seus proventos, já bastante deficitários. Desde o início da Fundação, a responsabilidade do custeio administrativo foi de FURNAS, entendo ser isso um direito adquirido.

Regina Hall - Aposentada desde 1998

Eu não considero legítimo, porque em outro momento foi uma determinação da própria SPC que FURNAS arcasse com tais custos. Não posso concordar com isso, pois seria a mesma coisa que aceitar uma interferência arbitrária do Estado.

Roberto Abdalad - Aposentado desde 1998

Essa determinação vai causar uma dificuldade muito grande para mim e acredito que para todos os Assistidos, ainda mais se sabendo que haverá também um grande aumento do PLAMES. Isso me assusta muito, porque o meu contracheque no final vai ter saldo quase zero.

Helton Gama de Carvalho - Aposentado desde 1997

O custeio administrativo do Plano BD é uma regra que há muito tempo vem sendo seguida por FURNAS e que inclusive já estava no contexto de qualquer um que se aposentaria. Não tem cabimento agora esse custo aparecer dentro de uma provisão de gastos que nós já tínhamos, baseados numa norma antiga.

Romeu Pinto Cavalcante - Conselheiro Deliberativo da APÓS-FURNAS - Aposentado desde 1993

É uma arbitrariedade, e como tal, deve ser denunciada e combatida. Os aposentados já provaram que são capazes de influenciar decisões, como no recente episódio da interferência política do ex-presidente de FURNAS, na FRG. Portanto, está na hora de empunhar novamente a bandeira de luta, pressionando a Secretaria de Previdência Complementar para que reavalie sua decisão.

Leonor Donati - Aposentada desde 2001